



Estrutura produtiva e mercado de trabalho no estado do Rio de Janeiro: impactos das atividades extrativas no norte fluminense

Érica Tavares

Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2427-5602>

Guilherme Vasconcelos Pereira

Universidade Estadual do Norte Fluminense – Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro – Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1105-5798>

Resumo

Este artigo aborda a estrutura econômica do norte fluminense no contexto da economia do estado do Rio de Janeiro, Brasil, nas primeiras décadas do século XXI. O objetivo é analisar os impactos na economia regional e no mercado de trabalho da transição entre o período de um experimento desenvolvimentista no Brasil para um contexto de inflexão ultraliberal. A metodologia consiste em pesquisa quantitativa por meio da análise de dados secundários a partir do PIB municipal (IBGE) e dos vínculos empregatícios e massa salarial (RAIS) segundo as atividades econômicas, a fim de identificar as mudanças no setor da indústria, da construção e dos serviços. Os resultados mostram o expressivo impacto da instalação dos complexos petrolífero e portuário na região e posterior inflexão no mercado de trabalho regional num contexto de transformações no cenário político, econômico e social do Brasil. Os investimentos seguiram um modelo de desenvolvimento baseado na lógica da extração dos recursos, sem o adensamento de outros setores produtivos, revelando a configuração de uma dinâmica econômica operando mais pela fragmentação do que pela integração entre os setores de atividade.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Economia regional. Urbanização.

Economic structure and labor market in the state of Rio de Janeiro: impacts of extractive activities in its Northern Region

Abstract

This article addresses the economic structure of northern Rio de Janeiro within the broader context of the state of Rio de Janeiro, Brazil, during the first decades of the 21st century. The primary objective is to analyze the impacts on the regional economy and labor market resulting from the transition from a developmentalist experiment to a context of ultraliberal inflexion in Brazil. The methodology employs quantitative research through an analysis of secondary data based on municipal GDP (IBGE) and employment relationships and wage

mass (RAIS) according to economic activities. This approach aims to identify changes in the industry, construction and services sectors. The results highlight the significant impact of the installation of oil and port complexes in the region and the subsequent inflection in the regional labor market within the context of transformations in Brazil's political, economic, and social scenario. The investments followed a development model based on the logic of resource extraction without fostering the growth of other productive sectors. This revealed an economic dynamic characterized more by fragmentation than by integration among activity sectors.

Keywords: Labor market. Regional economy. Urbanization.

Estructura productiva y mercado laboral en el estado de Río de Janeiro: impactos de las actividades extractivas en la región norte

Resumen

Este artículo aborda la estructura económica del norte del estado de Río de Janeiro, Brasil, en el contexto de la economía del estado, en las primeras décadas del siglo XXI. El objetivo es analizar los impactos en la economía regional y en el mercado laboral de la transición del período de un experimento de desarrollo en Brasil a un contexto de inflexión ultraliberal. La metodología utilizada fue la investigación cuantitativa a través del análisis de datos secundarios del PIB municipal (IBGE) y número de empleados y salarios (RAIS) según actividades económicas, con el fin de identificar cambios en la industria, construcción y servicios. Los resultados muestran el impacto significativo de la instalación de los complejos petrolero y portuario en la región y la posterior inflexión del mercado laboral regional en un contexto de transformaciones en el escenario político, económico y social de Brasil. Las inversiones siguieron un modelo de desarrollo basado en la lógica de la extracción de recursos, sin la densificación de otros sectores productivos, revelando la configuración de una dinámica económica que opera más por medio de la fragmentación que por medio de la integración entre sectores de actividad.

Palabras clave: Mercado Laboral. Economía regional. Urbanización.

1 Introdução

Este trabalho trata sobre as mudanças na estrutura econômica e no mercado de trabalho da Região Norte do estado do Rio de Janeiro (ERJ) nas primeiras décadas do século XXI. Tal análise se dá, no plano estadual, em um contexto de aprofundamento da atuação da indústria extrativa e, no plano nacional, na transição de uma economia pautada em um “experimento desenvolvimentista” (RIBEIRO; CLEMENTINO, 2016) no Brasil para os desafios impostos por uma “inflexão ultraliberal” (RIBEIRO, 2020) no contexto político, econômico e social do país. Ao mesmo tempo, tais mudanças regionais/nacionais se conectam com transformações globais, como o aprofundamento da neoliberalização e projetos de reestruturação neoliberal (BRENNER, 2018; PECK; THEODORE, 2019).

Sendo assim, o objetivo é analisar os impactos na economia regional e no mercado de trabalho fluminense da transição entre o período de um experimento desenvolvimentista no Brasil para um contexto de inflexão ultraliberal. De forma mais específica, procura-se analisar a evolução da participação do norte fluminense na economia estadual no período compreendido entre 2006 e 2018, assim como as

mudanças no emprego formal segundo a distribuição entre os setores e ramos das atividades econômicas. A metodologia consiste em pesquisa quantitativa por meio da análise de dados secundários relativos à população e ao PIB municipal (produto interno bruto), fornecidos pelo IBGE, e aos vínculos empregatícios e massa salarial, fornecidos pela RAIS. O recorte territorial considera a Região Norte a partir da junção das regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras, recorte formado por 12 municípios, que contempla com maior profundidade as mudanças ocorridas no cenário regional a partir dos grandes projetos em curso.

Para tanto, o trabalho está estruturado em três seções. A primeira seção trata sobre a dinâmica econômica no ERJ e o contexto social, político e econômico do país nas primeiras décadas do século XXI, apresentando fundamentos conceituais sobre as dimensões político-institucionais relativas a esse contexto. Também analisa as intervenções realizadas no norte fluminense e a conformação de uma economia do petróleo e das rendas petrolíferas nesse cenário. A segunda seção aborda as estratégias metodológicas adotadas relativas aos limites temporais, fronteiras espaciais, fontes e tratamento dos dados utilizados. A terceira seção analisa especificamente as transformações na estrutura produtiva e no mercado de trabalho no norte fluminense à luz das dimensões e concepções apresentadas anteriormente.

Considera-se que esse tipo de análise e reflexão é fundamental para entender as transformações recentes e pensar sobre os rumos do desenvolvimento urbano e regional no cenário atual.

2 A dinâmica econômica no ERJ e as atividades extrativas no norte fluminense: entre o experimento desenvolvimentista e a inflexão ultraliberal

O ERJ ocupa a segunda posição no contexto da economia nacional, situação histórica em relação ao Estado de São Paulo. Apesar do declínio econômico especialmente durante as décadas de 1980 e 1990, o estado seguiu, na transição do século XX para o século XXI, buscando a reversão do processo de estagnação (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, p. 43). Várias razões são apontadas para os problemas econômicos e de articulação regional no estado, como a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília nos anos 1960, a crise econômica dos anos 1980-1990, o declínio da agricultura e da agroindústria, o baixo investimento em modernização, as enormes desigualdades entre a metrópole e o interior, entre outras (CRUZ; TERRA, 2020; NATAL; CRUZ, 2021).

Simultaneamente ao aprofundamento do processo de neoliberalização em escala nacional a partir dos anos 1990 e à maior inserção do Brasil na lógica de acumulação financeira, foram significativas as mudanças no cenário econômico do estado, marcado pelo declínio da indústria de transformação, ao mesmo tempo em que ocorria o crescimento de determinados ramos do setor de serviços e dinamização da indústria extrativa e mineral que também adquire maior importância no emprego nacional (RIBEIRO; BOA NOVA; MUNIZ, 2020, p. 249).

Ribeiro, Boa Nova e Muniz (2020) também apontam que o ERJ teve o setor produtivo voltado para a produção de bens intermediários que “abasteciam a demanda doméstica representada pelo parque industrial nacional, principalmente o localizado no Estado de São Paulo” (RIBEIRO et al., 2020, p. 248). Hasenclever, Paranhos e Torres (2012), ao comparar indicadores de desempenho e emprego das

atividades econômicas industrial, de serviços e de comércio fluminenses em relação a São Paulo e Brasil, reforçam a posição sempre controversa do ERJ no que tange ao setor industrial no período de 1996 a 2007. Sobre o ERJ, os autores trazem os seguintes apontamentos:

As mudanças marcantes e que afetaram a economia fluminense podem ser resumidas em três: a descentralização da indústria do município do Rio de Janeiro (metrópole) para o interior do Estado; a incapacidade das indústrias tradicionais atraírem novos investimentos complementares que as tornassem mais dinâmicas e a perda da importância relativa do setor de serviços, uma das grandes vocações do Rio. [...] mas o evento decisivo para explicá-las foi o crescimento da indústria extrativa baseada em petróleo e gás na bacia de Campos, deslocando o crescimento para o interior (HASENCLEVER et al., 2012, p. 705-706).

Desde os anos 1970 já havia sido iniciada a produção *offshore* de petróleo e gás no ERJ, notadamente no norte do estado, o que contribuiria, a princípio, para reverter o declínio observado em outros setores de atividade econômica. Entretanto, o desenvolvimento acentuado desse setor trouxe muitos impactos para a estrutura produtiva e o mercado de trabalho regional e estadual. Assim, a posição no cenário econômico nacional e mesmo global do ERJ apresentou estreita relação nas últimas décadas com a implantação e o crescimento do setor industrial no interior do estado, em especial as atividades petrolíferas na Região Norte Fluminense (SIQUEIRA, 2015). Ao mesmo tempo, “a economia fluminense foi subordinada à realização de investimentos estatais – dados o porte e a complexidade dos projetos petrolíferos – e aos ditames da conjuntura externa” (OLIVEIRA; BRANDÃO; WERNER, 2022, p. 7).

Observou-se nos municípios ao norte do estado a constituição de uma economia do petróleo e uma economia das rendas petrolíferas, tal como apontado por Pessanha e Oliveira (2018). A economia do petróleo desenvolveu-se fundamentalmente pela implantação de um Complexo de Exploração e Produção *offshore* de Petróleo e Gás na Bacia de Campos – em operação em Macaé, desde os anos 1970. Tal atividade levou à conformação dos circuitos espaciais de produção em torno do ramo petrolífero: “A maior extração de petróleo demandou apoio naval-portuário, instalações de infraestruturas, indústrias e serviços que juntos, multiplicaram seus efeitos em função do seu enorme encadeamento” (PESSANHA; OLIVEIRA, 2018, p. 119). Mais recentemente, esse circuito foi robustecido com a implantação de outro grande projeto, o Complexo Industrial e Portuário do Açu (CIPA). O ambiente externo favorável aos preços das commodities alavancaram a construção do Porto do Açu, que surgiu como projeto entre 2005 e 2006.

O status de município produtor de petróleo ou mesmo limítrofe a áreas de produção também levou à constituição de uma economia das rendas, pois diversos municípios fluminenses passaram a receber os *royalties* do petróleo e participações especiais, processo decorrente das reformas neoliberais da década de 1990. “A Petrobras, petrolífera estatal, detinha o monopólio da exploração e produção, até 1997, quando foi extinto por lei federal” (CRUZ; TERRA, 2020, p. 190). A legislação incluiu os municípios entre os beneficiários das receitas petrolíferas (além dos estados e da União), porém sem uma definição rígida da aplicação dos recursos.

Essas rendas foram bastante elevadas e aumentaram consideravelmente as receitas municipais, principalmente dos municípios do norte fluminense, levando ao fenômeno denominado petrorrentismo. Entretanto, estudos apontaram a frágil articulação dessas receitas com o planejamento urbano e regional, a ocorrência de investimentos pontuais, superfaturamento em obras, eventos e vários tipos de serviços, além da baixa fiscalização na aplicação dos recursos (PESSANHA; OLIVEIRA, 2018; CRUZ; TERRA, 2020) e a fragilidade da lógica de “compensar danos ambientais e impactos socioeconômicos” (SERRA, 2018).

Articulada a essa dinâmica, observou-se a presença de grandes empresas transnacionais na região com estratégias de atuação pautadas no paradigma dos grandes projetos de investimento (GPIs), que pouco se conectam com as realidades regionais-nacionais (VAINER, 2007), permanecendo distantes da possibilidade de uma dinâmica econômica regional articulada pelo Estado, visando o desenvolvimento da nação.

Segundo Cruz e Terra (2020, p. 191), “esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, isoladamente ou em parcerias com o capital privado, e se inscrevem na estratégia de inserção do Brasil na economia internacional”. Apesar dos inúmeros e volumosos investimentos por parte do Estado, tal inserção se dá através da afirmação de uma economia dependente e periférica, aliada a uma “integração subordinada ao sistema monetário e financeiro internacional” (RIBEIRO et al., 2020, p. 47) e à inserção das economias periféricas na nova divisão internacional do trabalho (CRUZ; TERRA, 2020).

Esse processo foi aprofundado na primeira década do século XXI a partir do “experimento desenvolvimentista”¹ implementado no país, com forte impacto na estrutura econômica regional. Segundo Ribeiro e Clementino (2016), tal experimento provocou uma “reconfiguração da divisão socioespacial do trabalho no Brasil”, ligado a “processos estruturantes”, entre os quais “se destacam a desindustrialização da economia brasileira, a reprimarização da pauta exportadora e a desconcentração econômica-territorial” (RIBEIRO; CLEMENTINO, 2016, p. 9). Como afirmam esses autores, tais processos já estavam em curso desde os anos 1990, mas ganham novas faces nos anos 2000, aliados à política macroeconômica adotada. O país experimentou considerável crescimento econômico, impulsionado justamente pelo aumento das exportações, pela relação com a China e a demanda de produtos agrícolas e minerais, assim como pelo aumento dos gastos do governo (RIBEIRO; CLEMENTINO, 2016).

Historicamente, as experiências desenvolvimentistas no Brasil até a década de 1980 podem ser resumidas pelo conjunto de mudanças estruturais realizadas sob a direção do Estado Nacional, que promoveu investimentos na infraestrutura e incentivos à industrialização do país, visando à sua modernização (FONSECA, 2015). Após

¹ Do ponto de vista social, Ribeiro (2020) também problematiza esse período, que denomina por um “ensaio social-desenvolvimentista”, dialogando com Singer (2012): “As políticas de redistribuição se concentraram em quatro pilares – transferências de renda, ampliação do crédito, valorização real do salário mínimo, aumento do emprego formal – que conseguiram produzir efeitos consideráveis em termos de redução das desigualdades sociais e regionais. Devido ao caráter “fraco” desse programa, não foram superadas fraturas históricas presentes no Brasil, mas os avanços não podem ser desconsiderados” (RIBEIRO, 2020, p. 4). Nota-se que o princípio do não-embate e da evitação de confronto não permitiu sustentar as mudanças.

a década de 1990, quando o debate desenvolvimentista foi permeado pelo neoliberalismo, o pensamento econômico brasileiro trouxe novamente à tona a preocupação com grandes temas nacionais como integração regional, soberania, divisão internacional do trabalho, inovação e distribuição de renda. Assim, no século XXI, o desenvolvimento econômico assume diferentes configurações, com base no conceito de “novo desenvolvimentismo”.

Bastos (2012) afirma que o “novo desenvolvimentismo” pode ser dividido em duas correntes: desenvolvimentismo exportador do setor privado e desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado. Entre os intelectuais que consolidaram o desenvolvimento exportador do setor privado destaca-se Bresser-Pereira, que propôs um novo desenvolvimento econômico baseado em três pilares: maior abertura do comércio internacional, aumento do investimento privado na infraestrutura e preocupação com a estabilidade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2020).

Por outro lado, Bastos (2012) ainda observa que o desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado não tem uma sistematização acadêmica específica, mas fundamenta-se no conjunto de políticas sociais realizadas durante o período dos governos petistas, com “ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos” (BASTOS, 2012, p.794). Em ambos os casos, as exportações de commodities assumiram papel central para a economia nacional. Além disso, Boito Jr (2016), destaca que essa divisão serviu para acirrar os conflitos entre a grande burguesia interna e os interesses do capital internacional. O autor aponta ainda que a crise consequente ocorrida no Brasil se deu pelo enfrentamento entre frações de classes alinhadas ao novo desenvolvimento e, frações de classes alinhadas ao neoliberalismo ortodoxo.

De todo modo, a lógica da reprimarização voltada para exportações de commodities reforçou o caráter dependente da economia brasileira em todo esse cenário, embora tenha promovido a dinamização de determinados setores da economia, também promoveu a “desintegração de várias cadeias produtivas do país, na medida em que os ramos menos competitivos foram sendo substituídos pelo setor importador” (RIBEIRO; CLEMENTINO, 2016, p. 10). No caso do ERJ, tal cenário contribuiu para a fragilidade das articulações territoriais regionais em função do atendimento à demanda externa, o que reforçou as articulações de caráter mais internacionalizado e menos regionalizado.

Sobral (2020) vem acionando a tese da conformação de uma “estrutura oca” e baixo encadeamento produtivo no ERJ. A base produtiva do Rio de Janeiro se desenvolveu de modo a atender os interesses nacionais e de inserção internacional, com foco em uma economia metropolitana com pouca articulação inter-regional. As mudanças político-institucionais também contribuíram para que o desempenho da economia fluminense estivesse diretamente associado à trajetória de desindustrialização nacional, apesar das especificidades. Todo esse processo levou a um desadensamento de cadeias produtivas, configurando a tendência à constituição de uma estrutura produtiva oca com ociosidade de vários recursos no território e dificuldades para que a indústria de transformação se constituísse em um setor central do crescimento econômico e do progresso técnico (SOBRAL, 2020).

Portanto, a noção de “estrutura oca” se associa a um conjunto disperso de especializações setoriais em uma região e com pouca coerência do ponto

de vista de uma divisão territorial do trabalho. Como consequência, revela uma economia muito dependente do aproveitamento de algumas vantagens já reveladas que passam a ser consideradas suas “vocações” por suas elites decisórias, inclusive, muitas vezes provocando situações de euforia exagerada sobre suas potencialidades. Embora existam brechas para alguns ganhos de competitividade em nichos setoriais isolados, não há o enfrentamento dos problemas estruturais, o que impede o surgimento de novas vantagens competitivas mais sistêmicas. Isso significa que ainda que seja possível listar um conjunto de atividades dinâmicas, estes não são setores líderes a ponto de gerar efeitos indutores e poder de arrasto significativos (SOBRAL, 2020, p. 4).

Essas leituras também se aplicam à dinamização da indústria extrativa no norte do ERJ. Os grandes investimentos no setor chegam a gerar ciclos expansivos, mas não transformam profundamente as economias regionais e são mais suscetíveis aos efeitos de crises nacionais e internacionais.

Além disso, toda a operação em torno das indústrias extrativas apresenta profundo impacto na dinâmica social, territorial e política dos lugares. Arboleda (2018) também trata sobre os impactos da indústria extrativa em torno da mineração nas cidades do norte do Chile, fala sobre uma “urbanização logística”, fomentada muito mais para atender às demandas do capital, aos fluxos da produção e muito menos às necessidades da população, incorporam territórios antes pouco integrados ao capitalismo global e produzem significativos impactos sobre o ambiente, a economia, o mercado de trabalho, as relações humanas e as práticas sociais cotidianas. No caso do norte fluminense, os impactos sociais, econômicos, políticos e ambientais dos complexos petrolífero e portuário são muitos, como sintetizados por Cruz e Terra (2020, p. 199-201). Todas essas transformações também impactam as condições de reprodução social da população, os arranjos político-institucionais, a cultura local, as práticas cotidianas, o ir e vir para os diferentes tipos de atividades, assim como as expectativas e efetiva inserção no mercado de trabalho – objeto do presente artigo – mediante as novas demandas e dinâmicas sociais e territoriais.

O período para o qual se pretende analisar a evolução da estrutura econômica do norte fluminense abrange justamente o aprofundamento das atividades petrolíferas aliadas às atividades portuárias, no cenário econômico estadual já descrito. O avanço das atividades extrativas no país, como a mineração e extração de petróleo, apresenta significativa conexão com o “experimento desenvolvimentista”.

Todavia, a crise do setor petrolífero atrelada a uma crise econômica mundial abalou as bases desse projeto. Os problemas remontam à crise internacional de 2008 e à desaceleração da economia mundial, assim como à diminuição da demanda chinesa por produtos minerais e agrícolas e à queda acentuada dos preços internacionais do barril de petróleo², devido ao seu caráter de *commodities* no mercado internacional. Embora o período imediatamente subsequente à crise de 2008 tenha sido controlado por políticas anticíclicas no Brasil, os efeitos se aprofundaram. Ribeiro e Clementino (2016, p. 12) também apontam que as “malsucedidas políticas de incentivo à realização do investimento privado e à

² Como afirmam Cruz e Terra (2020, p. 190): “A crise se deve, em parte, ao represamento dos preços domésticos dos combustíveis, desde 2011, inviabilizando o plano de investimentos 2012-2016, bem como às investigações de corrupção na empresa, que afetaram seu programa de investimentos”.

redução da atuação do governo nos gastos públicos de investimento” foram fundamentais para a configuração desse quadro.

O cenário atual pós instauração da “crise” no Brasil e no ERJ, assim como o contexto de inflexão ultraliberal (RIBEIRO, 2020), são fundamentais para compreensão das mudanças na estrutura produtiva e no mercado de trabalho do norte fluminense, tornando toda essa lógica descrita anteriormente ainda mais complexa. Ao cenário econômico adverso associa-se um cenário político de rompimento do pacto social e das coalizações de forças construídas até então, com investigações de corrupção na Petrobras e ascensão de um governo de extrema direita no país. Segundo Ribeiro (2020), a tese que sustenta pensar esse período como o de uma inflexão ultraliberal é a de que houve uma ruptura que “alterou de maneira radical essa correlação de forças que vinha se constituindo no interior do bloco de poder, na direção de um controle mais efetivo por parte das forças conservadoras” (RIBEIRO, 2020, p. 2).

A crise econômica e política no Brasil atingiu fortemente o setor das indústrias extrativas, que era fundamental na pauta exportadora do experimento desenvolvimentista. A economia do ERJ foi profundamente afetada, uma vez que havia se tornado altamente dependente da indústria do petróleo (CRUZ; TERRA, 2020, p. 190). No norte fluminense, a economia do petróleo e a economia das rendas petrolíferas também sofreu fortes impactos. É possível afirmar que a baixa diversificação das atividades produtivas aliada à ausência do planejamento de longo prazo com os recursos obtidos agravou o quadro de desemprego e restrição das políticas sociais na região, dificultando o enfrentamento desse cenário.

Em sequência, o objetivo é justamente analisar como fica a conformação do mercado de trabalho na Região Norte Fluminense no contexto do estado e em sua própria estrutura produtiva interna, à luz das questões enunciadas e dos períodos enfatizados concernentes ao experimento desenvolvimentista e à inflexão ultraliberal.

3 Estratégias metodológicas adotadas no tratamento e análise dos dados

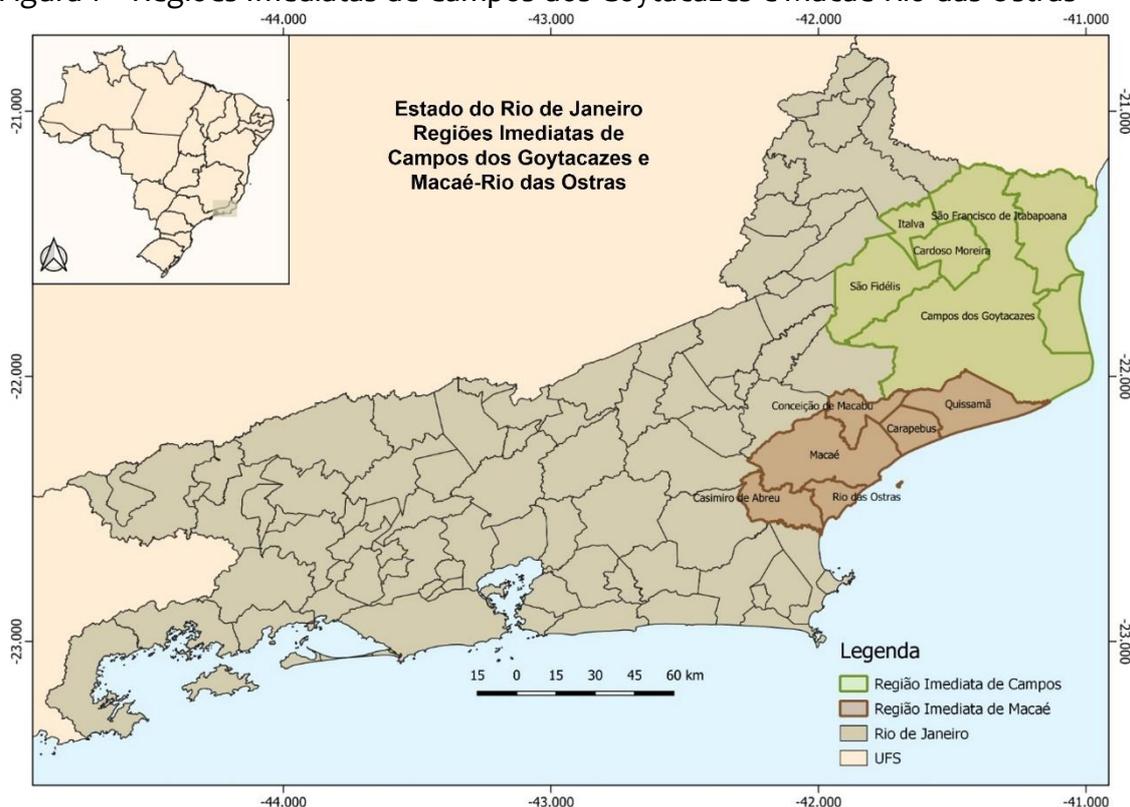
As estratégias metodológicas utilizadas para a análise dialogam com as próprias transformações que são objeto de investigação. A metodologia baseia-se em pesquisa quantitativa através da análise secundária de dados provenientes de fontes oficiais sobre população, economia, mercado de trabalho e emprego no Brasil. Sobre os limites temporais, o período da análise visa dialogar com as transformações no contexto político, econômico e social que o Brasil atravessou a partir dos anos 2000, portanto, a maior parte dos dados vai de 2006 a 2018.

Quanto à delimitação territorial, diante das transformações na articulação entre os municípios do eixo norte no interior do estado, inclusive pelo próprio impacto das atividades petrolíferas e portuárias, foram consideradas neste trabalho as regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras (figura 1), conforme estudo do IBGE (2017). Vale ressaltar que tais regiões englobam os nove municípios da tradicional Mesorregião Norte Fluminense, mais o município de Itaiva (Noroeste) e Casimiro de Abreu e Rio das Ostras (Baixadas Litorâneas).

A regionalização atual com base nas regiões imediatas dialoga melhor com as transformações aqui analisadas, principalmente pela incorporação de Rio das Ostras

à dinâmica urbana de Macaé, fenômeno também expresso na identificação do arranjo urbano regional que leva o nome dos municípios, através de outro estudo do IBGE publicado em 2016.

Figura 1 – Regiões Imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração própria.

Além do recorte temporal e territorial, as principais variáveis utilizadas nesse estudo provêm de dados do PIB fornecido pelo IBGE através do Valor Adicionado Bruto (VAB), em nível municipal e por setores de atividade econômica, e dos vínculos empregatícios e massa salarial (remuneração em dezembro de cada ano analisado) fornecidos pela RAIS. Também são utilizados dados relativos à população (IBGE) e às receitas do petróleo por parte dos municípios das regiões imediatas citadas – os *royalties* e participações especiais, compilados pelo site Inforoyalties.

Para análise das atividades econômicas, utiliza-se uma categorização e reagrupamento das divisões e grupos da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0, que é a classificação utilizada oficialmente no Sistema Estatístico Nacional no Brasil e nos registros administrativos. A nova classificação baseia-se na proposta de Araújo et al. (2018), também utilizada por Ribeiro et al. (2020). Nessa proposta, os investigadores realizam um “reagrupamento das atividades econômicas da CNAE 2.0 com foco na intensidade tecnológica das atividades primárias e secundárias e no complexo urbano-imobiliário, setor turístico metropolitano e terciário propriamente urbano”, considerando ainda os processos relativos à “desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, desconcentração industrial, acumulação urbana e financeirização (ARAÚJO et al., 2018, p. 774).

Essa classificação se apresentou muito interessante para o estudo aqui explicitado por dialogar com as transformações que são objeto de investigação. Devido ao enfoque no interior do estado, foram feitos pequenos ajustes na reorganização dos ramos e setores de atividade, de modo a separar as atividades relativas à agropecuária e às atividades extrativas, assim como às indústrias derivadas desses setores. Isso ocorreu porque, no interior, embora tenha diminuído, ainda há um peso relativo das atividades agropecuárias e, no caso do norte fluminense, o setor de petróleo e gás natural é muito expressivo, e está alocado nas atividades extrativas.

4 Estrutura produtiva e mercado de trabalho no Norte Fluminense

Esta seção analisa a estrutura econômica e o mercado de trabalho do norte fluminense no contexto da economia do ERJ mediante as transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XXI, citadas em seção anterior. Também foram analisadas a estrutura econômica e a inserção dos trabalhadores nos diferentes setores de atividade, a fim de compreender como a região veio se reestruturando no contexto de crise.

No caso da economia regional, boa parte das transformações aqui ressaltadas baseiam-se na instalação do Complexo de Exploração e Produção *offshore* de Petróleo e Gás na Bacia de Campos e do Complexo Industrial e Portuário do Açú (CIPA), localizados na Região Norte Fluminense. Embora os municípios que concentram as atividades dos complexos citados sejam Macaé e São João da Barra, todos os municípios do norte fluminense foram impactados em maior ou menor grau.

Antes de apresentar e analisar os dados referentes à dinâmica econômica, é importante contextualizar a organização da região em termos de sua divisão territorial e dinâmica populacional. Conforme consta na tabela 1, a região de Macaé-Rio das Ostras passou por expressivo crescimento nos anos 2000, com intensa mobilidade populacional para a região e entre os próprios municípios de todo o norte fluminense (SOUZA; TERRA, 2020).

Tabela 1 – População dos municípios das regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras (recorte adotado para Região Norte Fluminense) – 2000 e 2010

Municípios	2000	2010	Tx. Cresc. 2000-2010
Região imediata de Campos dos Goytacazes			
Campos dos Goytacazes	407.168	463.731	1,3
Cardoso Moreira	12.595	12.600	0,0
Italva	12.621	14.063	1,1
São Fidélis	36.789	37.543	0,2
São Francisco de Itabapoana	41.475	41.354	0,0
São João da Barra	27.682	32.747	1,7
Região imediata de Macaé-Rio das Ostras			
Carapebus	8.666	13.359	4,4
Casimiro de Abreu	22.152	35.347	4,8
Conceição de Macabu	18.782	21.211	1,2
Macaé	132.461	206.728	4,6

Quissamã	13.674	20.242	4,0
Rio das Ostras	36.419	105.676	11,2

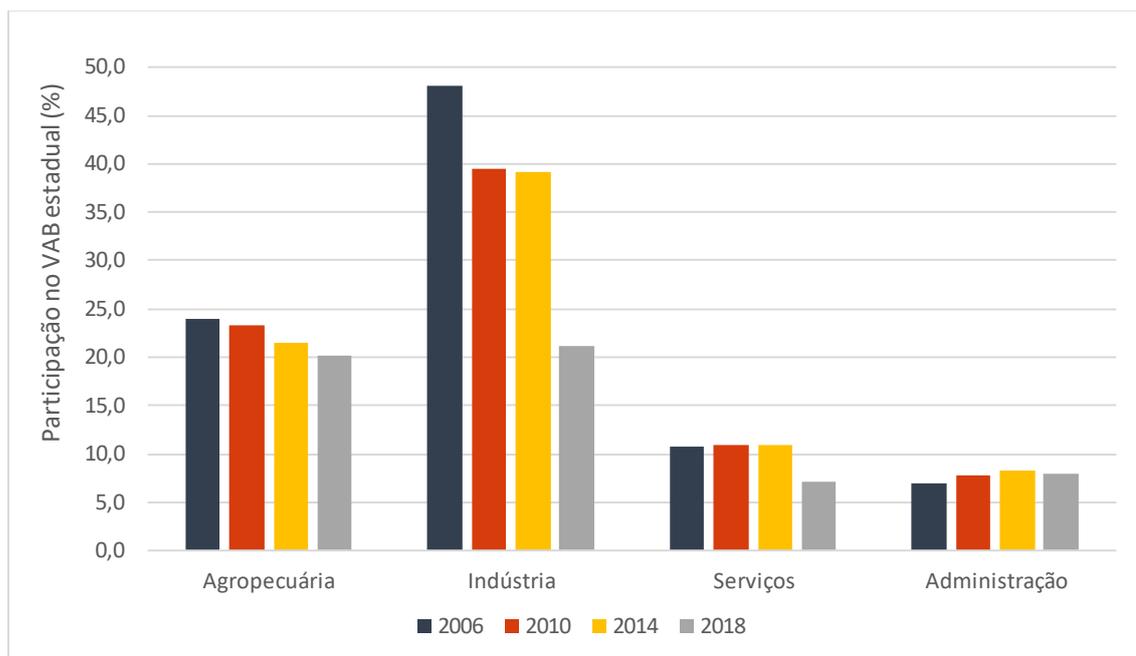
Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010.

À exceção de Conceição de Macabu, todos os municípios da região imediata de Macaé-Rio das Ostras cresceram a mais de 4% ao ano entre 2000 e 2010, tendo o município de Rio das Ostras experimentado a maior taxa de crescimento populacional, inclusive entre as maiores do Brasil, com 11,2% ao ano. Embora a região de Campos não tenha experimentado o mesmo crescimento, Campos “beneficiou-se” diretamente dessa dinâmica por estar estrategicamente localizada entre os dois municípios, ser atravessada por uma importante rodovia do país, a BR-101, possuir uma estrutura urbana com rede de comércios e serviços mais diversificada, assim como ser um polo regional também no que se refere às instituições de ensino superior e centros de pesquisa.

No contexto da economia estadual, ao considerar a riqueza produzida no Norte Fluminense por meio do Valor Adicionado Bruto (VAB), nota-se que a região apresentava 19% do VAB estadual em 2010, embora tivesse 6,3% da população estadual no mesmo ano, o que revela sua expressividade no cenário estadual. Entre os grandes setores de atividade, conforme consta na figura 1, o que apresenta maior participação ao longo do tempo é o VAB relativo à Indústria, seguido pelo setor da Agropecuária, Serviços e Administração Pública. É importante mencionar o peso histórico da produção sucroalcooleira na região que, apesar das mudanças nas últimas décadas, no contexto estadual, ainda é marcante o setor relativo à agropecuária (SIQUEIRA, 2015). Durante o período analisado, houve diminuição da participação no PIB estadual de todos os setores, exceto o de Administração Pública.

Observa-se um considerável declínio da participação no PIB industrial, chegando em 2018 a um patamar próximo ao da Agropecuária (figura 2). Isso mostra como o impacto da crise econômica, provavelmente em maior medida no próprio setor das Indústrias Extrativas, afetou a economia da região – o que se refletiu na evolução dos indicadores relativos ao mercado de trabalho, como se verá a seguir.

Figura 2 – VAB por setores de atividade: participação (%) da Região Norte no estado RJ (2006-2018)

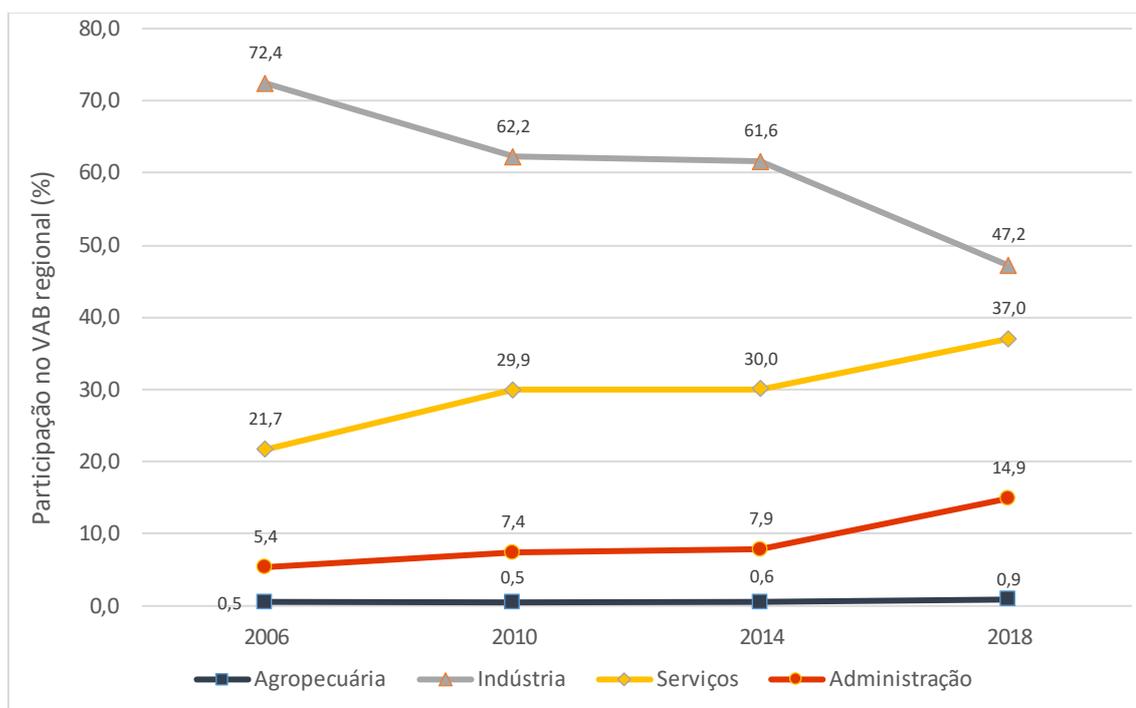


Fonte: IBGE – PIB Municipal.

Ao considerar a Região Norte Fluminense e a organização da sua economia internamente, observa-se que o VAB relativo à Indústria é o que apresenta maior participação, porém reduzindo-se consideravelmente em 2018 (figura 3). Enquanto isso, os VABs do setor de Serviços e da Administração Pública apresentaram aumento na participação no total da região ao longo da série temporal analisada, tendo o setor de Serviços chegado em 2018 a 37% do VAB da região.

Para fazer um contraponto a essa participação em termos relativos, nota-se que o VAB do setor industrial, em termos absolutos, também apresentou redução mais considerável. Em 2006, a Indústria produziu aproximadamente R\$ 42 milhões, enquanto em 2018 o valor foi de cerca de R\$ 32 milhões (em mil reais a preços correntes) se corrigirmos os valores pelo índice IGP-DI, em 2018, é possível afirmar que a queda do valor adicionado pela Indústria foi de 63%. Nesse sentido, identifica-se que a redução na participação não se deve apenas a uma relação proporcional em relação ao ERJ, mas em efetivas alterações no cenário industrial na própria região, em pleno contexto de inflexão ultraliberal.

Figura 3 – VAB por setores de atividade e participação no PIB regional do norte fluminense (2006-2018)



Fonte: IBGE – PIB Municipal.

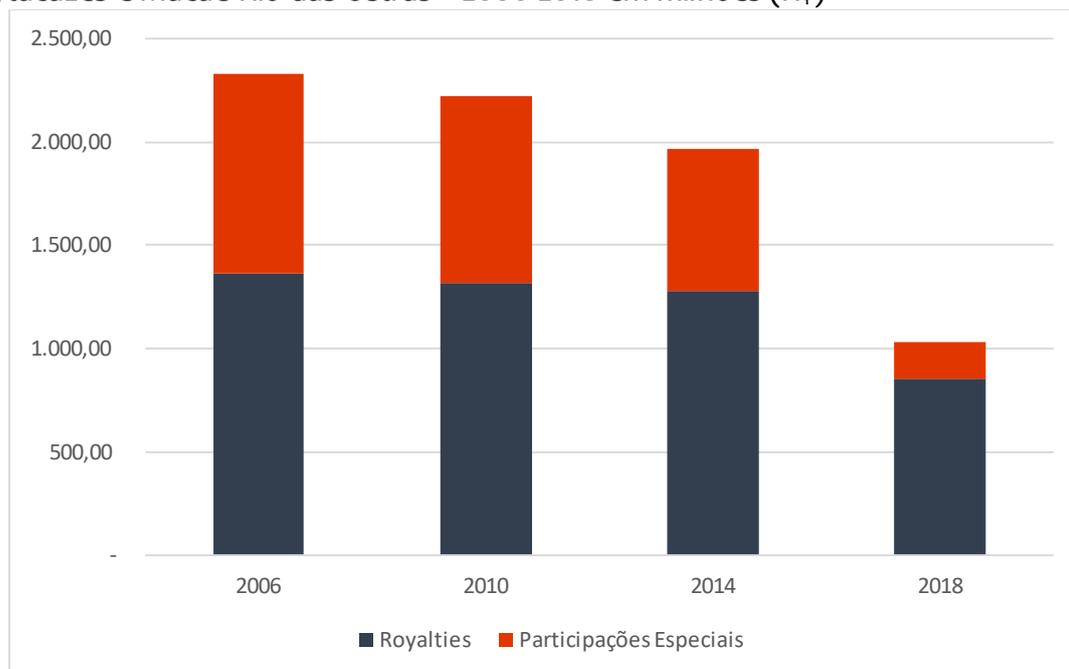
Vários estudos tratam sobre a constituição de uma economia das rendas petrolíferas em diversos municípios do ERJ. Ao longo desse período, foi significativo o impacto dessas rendas nos municípios da Região Norte, especialmente sobre os mecanismos de governança, uma vez que “a aplicação das rendas obtidas não é direcionada para investimentos em bens de capital e capital humano. Pode também ser justificada pela fragilidade das instituições e pela perda de competitividade, em função do relativo conforto que a renda proporciona” (REIS; SANTANA, 2015, p. 6).

As diferenças entre os municípios são enormes, embora tenha ocorrido expressiva diminuição como resultado da crise econômica, os valores ainda podem ser considerados muito altos, especialmente se for comparar as receitas totais desses municípios com as receitas daqueles que não dispõem das mesmas rendas.

Na figura 4, é possível observar a transformação no volume das receitas do petróleo entre 2006 e 2018, isso se deve às mudanças no cenário de extração e produção de petróleo, abordadas anteriormente. Além disso, após 2010, ocorreu uma transformação na exploração do petróleo com os investimentos na camada do pré-sal por parte da Petrobras, com destaque para a Bacia de Santos com elevada produção (RIDELENSKY; SANTOS, 2022). O resultado é uma queda no volume de participações especiais³ recebidas pelos municípios da Região Norte Fluminense em 2018, embora permaneça considerável.

³ Os royalties são uma compensação financeira devida à União aos estados, ao DF, e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no Brasil. Já as participações especiais são uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Como afirma Serra (2018), é muito comum usar o termo “royalties” de forma genérica para expressar o “somatório dos royalties e das participações especiais, ocorrendo também de tratá-los, de forma sinônima, como Rendias Petrolíferas” (SERRA, 2018, p. 6).

Figura 4 – Receitas do petróleo municípios das regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras – 2006-2018 em milhões (R\$)



Fonte: Inforoyalties, Valores ajustados pelo IGP-DI.

Nesse sentido, a queda nas receitas do petróleo desde 2006 coincide com as transformações apresentadas na composição do PIB da região, onde o setor industrial apresenta uma tendência de redução na participação no mesmo período. Portanto, o setor de Indústria Extrativa se apresenta como um setor chave para entender as mudanças na economia regional. Essas mudanças alimentam o debate sobre a dependência da região das atividades relacionadas ao extrativismo, pois sua estrutura econômica sofre os impactos de mudanças que estão muito além das fronteiras regionais.

Para investigar a inserção da Região Norte Fluminense, a partir dos limites das regiões imediatas de Campos dos Goytacazes e Macaé-Rio das Ostras, na economia do ERJ em todo esse contexto de mudanças, foram analisadas suas participações em termos de vínculos e massas salariais, de acordo com os respectivos setores de atividade econômica, em relação ao estado, conforme consta na tabela 2.

Embora a participação total da Região Norte na economia estadual seja em torno de 6% a 7% dos vínculos entre 2006 e 2018 e tenha oscilado entre 7,5% e 9,5% para a massa salarial no mesmo período, as participações segundo os setores de atividade econômica apresentam percentuais bastante diversos, revelando a forte especialização da região no que se refere às atividades relativas às Indústrias Extrativas.

As maiores participações do norte fluminense nos vínculos se deram na Indústria Extrativa, na Agropecuária e no setor de Construção. A Indústria Extrativa possui uma participação muito alta (63,9%), certamente por concentrar as atividades de exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos. Destaca-se a elevada participação do norte fluminense neste setor, estando tanto nos vínculos de trabalho quanto na massa salarial acima de 50% do total do estado em todo o período. Observa-se ainda considerável crescimento entre 2006 e 2010, podendo estar

relacionado à ampliação das atividades de exploração na camada pré-sal. Até 2012, de acordo com Cruz e Terra (2020), a produção na Bacia de Campos correspondia a cerca de 80% da produção nacional, cenário que se modificou consideravelmente ao longo desta década (RIDELENSKY; SANTOS, 2022), provavelmente já relacionado às mudanças no contexto econômico nacional e internacional que afetou a região e à pujança de outras bacias petrolíferas. Embora tenha ocorrido um declínio da participação do norte fluminense no setor de 2010 a 2014, nota-se estabilidade em relação a 2018. Vale notar ainda que, no início da série, a participação de vínculos e massa salarial era mais equânime, na marca de 50%. No decorrer dos anos seguintes, apesar de ambas as participações aumentarem, a participação da massa salarial é sempre maior que a dos vínculos, o que sugere um aumento da concentração da renda em relação aos ocupados no setor.

Já a Agropecuária, apesar de se apresentar como a segunda atividade com maior participação em termos de vínculos e massa salarial, apresentou em 2018 valores inferiores ao início da série, revelando uma tendência de redução da participação da região no estado neste setor de atividade, assim como as Indústrias derivadas da Agropecuária, que também reduzem consideravelmente a participação.

Em relação à Indústria, observa-se que, enquanto os setores das Indústrias derivadas das Atividades Agropecuárias e das Indústrias derivadas da Indústria Extrativa, tiveram sua participação reduzida em termos de vínculos e massa salarial, os demais setores industriais apresentaram em 2018 participação maior em termos de vínculos do que em 2006. Ao comparar a massa salarial e os vínculos em cada ano, observa-se que, enquanto os setores de Indústrias derivadas da agropecuária e das indústrias extrativas tinham maior participação nos vínculos em detrimento da Massa Salarial, a Indústria de Baixa e Média-baixa tecnologia e a Indústria de Média-alta e Alta tecnologia apresentam maior participação na massa salarial. Além disso, embora em patamares bem inferiores, a participação do norte fluminense nesses setores industriais tecnológicos apresentou aumento considerável, nos vínculos e mais ainda na massa salarial.

O setor de Construções merece destaque em virtude do ramo de Obras de Infraestrutura e Serviços Especializados para Construção, que tiveram aumento da participação dos vínculos, cabe destacar que o período analisado compreende o da implantação de Grandes Projetos Investimentos que ocorreram em todo o estado, como apontam Cruz e Terra (2020) e Ribeiro et al. (2020). Apesar de algumas oscilações, o setor na Região Norte Fluminense permaneceu com participação estável no contexto da economia estadual.

Através da tabela 2, percebe-se que as atividades ligadas ao setor de Serviços possuem participação minoritária da região estudada no estado, diferentemente da participação do setor na Região Metropolitana, que concentra a maior parte dos serviços do estado, como apresentam Ribeiro et al. (2020). O setor de Serviços Industriais e de utilidade pública perdeu participação nos vínculos e na massa salarial. No setor de Serviços distributivos, a participação dos vínculos aumentou, assim como há aumento da participação da massa salarial; já os Serviços Produtivos revelam certa estabilidade. Os vínculos e a massa salarial relativos aos Serviços Pessoais apresentam pequeno aumento até 2014, porém diminuem um pouco em 2018.

Tabela 2 – Participação da Região Norte no estado – Vínculos e Massa Salarial por setor – 2006-2018 (em %)

Setor	2006		2010		2014		2018	
	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %
Agropecuária	24,3	20,8	19,6	18,7	20,9	19,1	16,8	14,5
Indústrias derivadas da agropecuária	9,0	6,2	5,7	3,8	5,0	3,6	4,7	3,3
Indústria Extrativa	50,0	50,8	66,0	71,1	62,9	67,9	63,9	67,7
Indústrias derivadas da Indústria Extrativa	11,6	2,9	9,2	1,3	10,7	1,5	8,6	1,0
Indústria de baixa e média-baixa tecnologia	3,3	3,6	4,7	7,7	4,6	7,5	6,5	10,1
Indústria de média-alta e alta tecnologia	4,3	6,7	3,6	6,8	5,4	8,3	6,4	8,5
Construção	11,8	14,1	9,1	9,4	11,0	13,3	12,4	13,6
Serviços industriais de utilidade pública	4,3	3,3	4,4	3,2	4,8	4,6	3,8	3,2
Serviços distributivos	5,2	4,6	6,0	7,2	6,6	8,5	6,3	7,9
Serviços produtivos	4,7	4,5	4,4	5,5	4,6	5,1	4,7	4,2
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência etc.	5,2	5,6	4,6	3,0	5,6	4,8	4,8	3,4
Serviços Sociais - Administração Pública	6,4	3,7	6,5	4,3	7,1	5,9	7,4	6,1
Serviços Pessoais	3,4	2,8	4,0	3,7	4,7	4,3	4,3	3,6
Total	6,1	7,5	6,2	8,1	6,9	9,5	6,6	8,1

Fonte: MTE/RAIS, 2006, 2010, 2014, 2018.

Destaca-se a participação dos setores de Serviços Sociais, que oscila tanto em número de vínculos como na participação da massa salarial. Enquanto os serviços relacionados à Educação, Saúde e Assistência diminuem a participação no contexto estadual, os serviços da Administração Pública apresentam constante aumento.

Embora tenha ocorrido uma ampliação da atuação do Estado e do setor público durante o experimento desenvolvimentista em todo o país, vale notar que a economia das rendas petrolíferas promoveu grandes mudanças na administração pública nos municípios da região. Apesar das receitas dos *royalties* não poderem ser utilizadas para pagamento de pessoal, como cobrem muitas outras despesas, a contratação de pessoal foi elevada significativamente. O setor público na região apresentou um aumento significativo de funcionários tanto efetivos quanto terceirizados – em alguns municípios, o setor chegou a se tornar o principal empregador. Já com a diminuição dos *royalties* e participações especiais e no contexto da inflexão ultraliberal no país, houve diminuição na contratação de funcionários públicos, restrição de concursos e demissão de muitos funcionários terceirizados nas prefeituras do norte fluminense.

Importante reforçar que a análise sobre essa evolução realizada até aqui considera a participação da Região Norte Fluminense no contexto estadual segundo

os setores de atividade econômica. O aumento ou redução de participação na economia estadual não significa necessariamente aumento ou diminuição na própria região – isso será apresentado a seguir. Em um contexto geral, pode-se observar que até 2014 a região estudada aumentou a sua participação na economia do estado, porém em 2018 os valores tanto de vínculos quanto massa salarial reduzem. O que os dados de participação da região na economia estadual (tabela 2) apontam como fator mais relevante é a forte presença das indústrias extrativas no norte fluminense, que se tornou a marca da região no estado. Embora a atividade específica de exploração realizada pelas petrolíferas não seja tão intensiva em mão de obra, devido à sua concentração no território, o setor acaba revelando maior participação quando se compara regionalmente.

Para compreender as mudanças produzidas em termos de postos de trabalho e renda no contexto da própria região, analisou-se a sua estrutura interna em relação aos vínculos e massa salarial, conforme a tabela 3. Em relação aos vínculos, os cinco setores que possuíam maiores participações em 2018 eram: 1 – Serviços Distributivos; 2 – Serviços Sociais – Administração Pública; 3 – Serviços Sociais – Educação, saúde, assistência etc.; 4 – Serviços Produtivos; 5 – Serviços Pessoais. Observa-se, portanto, que o setor de Serviços concentrou a maior parte dos vínculos em 2018.

Além disso, cabem mais duas observações. A primeira se refere às mudanças dos cenários na participação dos vínculos no período observado, pois até 2014, período em que as bases do experimento desenvolvimentista já apresentavam sinais de declínio e esgarçamento, os setores de Construção e Indústria Extrativa figuravam entre as cinco atividades com maior participação na região, o que é alterado significativamente. A segunda reflexão é em relação à participação dos vínculos da região no setor de Serviços no ERJ, pois enquanto no contexto estadual a participação é pequena (nenhum entre os de Serviços passa de 7,5% de participação no estado – tabela 2), o setor de Serviços na região é o que abarca a maior parte dos postos de trabalho, em especial os serviços distributivos, sociais e produtivos (tabela 3). Os serviços distributivos que envolvem as atividades de comércio seguem como maiores empregadores, seguidos da administração pública. Assim, no contexto do ERJ, a indústria extrativa no norte fluminense teve e ainda tem um peso considerável, entretanto, no contexto da própria região, os impactos sociais, econômicos e territoriais são enormes e as rendas auferidas também são consideráveis, mas não constitui o setor que mais emprega.

Tabela 3 – Estrutura econômica da Região Norte – distribuição na própria região – Vínculos e Massa Salarial por setor – 2006-2018

Setor	2006		2010		2014		2018	
	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %	Vínc. %	M.S. %
Agropecuária	3,1	0,9	1,7	0,5	1,5	0,5	1,3	0,4
Indústrias ligadas à agropecuária	2,1	0,9	1,2	0,4	0,9	0,3	0,9	0,3
Indústria Extrativa	9,3	40,8	10,8	37,9	9,8	34,8	8,0	30,5
Indústrias ligadas à Indústria Extrativa	1,4	0,3	1,4	0,4	1,4	0,5	1,0	0,4
Indústria de baixa e média-baixa	3,0	2,2	4,1	4,5	3,5	3,7	4,2	4,7

tecnologia									
Indústria de média-alta e alta tecnologia	1,3	2,5	1,0	2,1	1,3	1,9	1,4	2,1	
Construção	8,9	7,1	8,5	5,6	11,1	8,3	7,6	5,3	
Serviços industriais de utilidade pública	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,9	0,8	0,9	
Serviços distributivos	22,0	11,2	25,4	16,2	25,5	17,0	26,2	18,7	
Serviços produtivos	10,1	8,9	10,1	10,1	8,7	7,7	8,9	7,2	
Serviços Sociais - Educação, saúde, assistência etc.	9,8	7,7	8,2	4,2	9,8	6,0	10,2	5,7	
Serviços Sociais - Administração Pública	21,2	14,0	19,2	14,2	17,5	15,4	21,3	20,4	
Serviços Pessoais	6,7	2,5	7,4	2,9	8,2	3,1	8,3	3,4	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: MTE/RAIS, 2006, 2010, 2014, 2018.

Em relação à massa salarial, que expressa a renda produzida na região e a auferida pelo conjunto dos empregados em cada setor, há uma certa diferença na participação em relação aos vínculos (tabela 3). As principais participações em 2018 são: 1 – Indústria Extrativa; 2 – Serviços Sociais – Administração Pública; 3 – Serviços Distributivos; 4 – Serviços Produtivos; 5 – Serviços Sociais – Educação, saúde, assistência etc. A diferença nas posições de participação da massa salarial evidencia o fato de que a média de remuneração na Indústria Extrativa é muito superior a outros setores, enquanto abarcava em torno de 8% a 11% dos empregados na região, no início do período era o setor responsável por 40,8% da renda gerada e, embora tenha diminuído em 2018 para 30,5% da massa salarial, ainda apresentava o maior percentual entre todos os setores. Por outro lado, observa-se que o Setor de Serviços Distributivos, apesar de possuir a maior participação no número de vínculos, possui um percentual da remuneração gerada mais baixo. Ou seja, esses dados revelam as significativas desigualdades salariais entre os setores de atividade, apontando mais uma vez para a intensidade da Indústria Extrativa na expressão dessas diferenças.

Em linhas gerais, a evolução dos postos de trabalho relativos ao emprego formal na Região Norte Fluminense revela um aumento considerável de trabalhadores entre 2006 e 2014 e uma redução de 2014 a 2018. Obviamente não se pode desconsiderar os efeitos da instabilidade política no Brasil após as eleições de 2014, a queda dos preços internacionais do petróleo e os impactos da Operação Lava Jato sobre as atividades petrolíferas, a construção civil, e até as rendas petrolíferas.

A acentuação da instabilidade política do país pós-eleições de 2014, a retração da economia nos anos seguintes, a queda dos preços internacionais do petróleo, e os efeitos da Operação Lava Jato, acarretaram sérias consequências para setores estratégicos da estrutura econômica do ERJ e RMRJ. Destaque para a paralisação das obras do COMPERJ, o esvaziamento da Indústria Naval, a redução dos *royalties* e participações especiais provenientes da exploração do petróleo e gás – o que acabou impactando na crise fiscal pela qual passou o governo estadual. Isso desencadeou uma série de demissões na indústria, na construção civil e, até mesmo, nas atividades de serviços, elevando as taxas de desemprego e agravando as fragilidades da estrutura econômica e

articulação inter-regional que já estavam em curso (RIBEIRO; BOA NOVA; MUNIZ, 2020, p. 254).

Nesta última parte, analisa-se apenas os vínculos empregatícios dos setores segundo os ramos (subdivisões) dos setores relativos à indústria, construção, comércio e serviços.

O número de empregados no setor industrial saltou, de 2006 a 2014, de 35 mil para 54 mil, já de 2014 a 2018 houve uma redução para 41 mil, provavelmente em função da crise econômica, em especial no setor petrolífero, como se observa na tabela 4. Destaca-se um maior número de vínculos no ramo da Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis nos três anos analisados, seguido pelo aumento da quantidade de vínculos no ramo de Indústria de Média-baixa intensidade tecnológica, uma vez que a participação desse ramo mais do que dobra no período analisado. O ramo da Indústria de Média-alta intensidade também apresentou aumento em 2018 com relação ao início da série. Por outro lado, os ramos de Indústria de Alta intensidade tecnológica, Indústria de Baixa intensidade tecnológica, Indústria ligada à Indústria Extrativa e Indústria ligada à Agropecuária apresentaram queda no número de vínculos.

Tabela 4 – Vínculos empregatícios do Setor Industrial da Região Norte Fluminense – 2006, 2014 e 2018

Ramos	2006		2014		2018	
	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %
Indústria Extrativa Mineral	583	1,7	670	1,2	585	1,4
Indústria Extrativa de petróleo e gás, carvão e outros combustíveis	18.438	52,6	30.856	57,0	20.719	50,5
Indústrias ligadas à agropecuária	4.397	12,6	2.797	5,2	2.266	5,5
Indústrias ligadas à indústria extrativa	2.787	8,0	4.569	8,4	2.773	6,8
Indústria de baixa intensidade tecnológica	1.814	5,2	1.777	3,3	988	2,4
Indústria de média-baixa intensidade tecnológica	4.282	12,2	9.410	17,4	10.112	24,6
Indústria de média-alta intensidade tecnológica	2.621	7,5	3.729	6,9	3.544	8,6
Indústria de alta intensidade tecnológica	101	0,3	291	0,5	57	0,1
Total	35.023	100,0	54.099	100,0	41.044	100,0

Fonte: MTE/RAIS, 2006, 2014, 2018.

O comportamento do setor de Construção no norte fluminense (tabela 5) seguiu a tendência de aumento da empregabilidade no primeiro intervalo analisado (de 144.979 para 226.678 empregados de 2006 a 2014) e posterior declínio no intervalo seguinte (com 200.587 trabalhadores em 2018). Isso ocorreu em todos os ramos desse setor, exceto para os Serviços especializados para construção. O ramo com maior participação no setor durante todo o período foi o de Obras de Infraestrutura, embora com uma queda de participação entre 2014 e 2018 de 61,5% para 49,4% – período que corresponde ao fim das obras de construção do Porto do

Açu em São João da Barra e à queda de arrecadações das receitas de petróleo. Já o ramo de Construção de Edifícios e Incorporação e atividades Imobiliárias, embora com quantitativo menor de empregados, apresentou aumento expressivo da participação entre 2006 e 2014, provavelmente relacionado ao crescimento dos empreendimentos imobiliários residenciais e comerciais na região. Mesmo assim, esse ramo também sofreu uma queda em 2018. Somente o ramo de Serviços Especializados para construção apresentou crescimento no período, saltando de 18,4% de participação em 2006, para 35,6% em 2018; além do aumento em números absolutos entre 2014 e 2018.

Tabela 5 – Vínculos empregatícios do Setor de Construção da Região Norte Fluminense – 2006, 2014 e 2016

Ramos	2006		2014		2018	
	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %
Incorporação e atividades imobiliárias próprias	319	1,8	1.826	5,1	964	4,8
Construção de edifícios	4.082	22,5	6.995	20	2.182	10,9
Obras de infraestruturas	10.408	57,3	21.925	62	9.933	49,4
Serviços especializados para construção	3.342	18,4	4.897	14	7.029	35
Total	18.151	100	35.643	100	20.108	100

Fonte: MTE/RAIS, 2006, 2014, 2018.

Já o setor de Serviços é o que possui maior quantidade de ramos de atividade, pela diversidade do setor (tabela 6). Quase a metade dos vínculos (48%) está concentrada na Administração Pública ou no Comércio Varejista, pois somados abrangem mais de 96 mil vínculos. O Comércio Varejista teve uma participação estável ao longo do período, em torno de 20% dos vínculos. Já a participação do ramo da Administração Pública no contexto dos serviços reforça as observações anteriores realizadas sobre a presença do setor público no mercado de trabalho regional, pois esse ramo concentrava 30% dos empregados do setor de serviços na região em 2006 e 28,1% dos empregados em 2018. Também merece destaque o ramo de Transporte, armazenagem e distribuição, que deve ter sofrido influência das atividades do Porto do Açu iniciadas em 2013 em São João da Barra, assim como o ramo de Alojamento e Alimentação, com a chegada de trabalhadores de outras regiões do país e mesmo do exterior.

Tabela 6 – Vínculos empregatícios do Setor de Serviços da Região Norte Fluminense – 2006, 2014 e 2016

Ramos	2006		2014		2018	
	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %	Vínc. N.	Vínc. %
Serviços industriais de utilidade pública	2.134	1,5	2.911	1,3	2.145	1,1
Comércio e reparação de automóveis	2.493	1,7	4.002	1,8	2.998	1,5
Comércio atacadista	3.004	2,1	6.931	3,1	5.590	2,8

Comércio varejista	28.980	20,0	45.584	20,1	40.180	20,0
Transporte, armazenagem e distribuição	10.102	7,0	24.207	10,7	19.387	9,7
Telecomunicações e comunicação (exceto atividades de rádio e TV)	495	0,3	1.099	0,5	1.182	0,6
Serviços Financeiros	1.673	1,2	2.852	1,3	2.752	1,4
Administração e comércio de imóveis	98	0,1	597	0,3	456	0,2
Serviços técnico-profissionais e científicos	4.043	2,8	8.429	3,7	8.478	4,2
Serviços de TI	988	0,7	1.228	0,5	1.685	0,8
Serviços de apoio à produção e serviços pessoais	13.812	9,5	14.930	6,6	10.289	5,1
Educação	6.915	4,8	11.214	4,9	12.618	6,3
Serviços de saúde e assistência social	9.543	6,6	16.164	7,1	11.251	5,6
Organizações associativas e organismos internacionais	3.608	2,5	4.055	1,8	3.051	1,5
Administração Pública	43.456	30,0	56.105	24,8	56.410	28,1
Alojamento e alimentação	8.115	5,6	18.001	7,9	14.210	7,1
Atividades artísticas, culturais, esportivas e de rádio e televisão	978	0,7	1.515	0,7	1.388	0,7
Outras atividades de serviços pessoais	4.484	3,1	6.814	3,0	6.462	3,2
Serviços Domésticos	58	0,0	40	0,0	55	0,0
Total	144.979	100,0	226.678	100,0	200.587	100,0

Fonte: MTE/RAIS, 2006, 2014, 2018.

Outros setores também registraram aumentos na participação durante o período observado, foram eles: Serviços Financeiros, Serviços técnicos profissionais e científicos, Educação e Comércio Atacadista. Somente o ramo de Serviços de apoio à produção e serviços pessoais, apresentou redução gradativa durante o período.

Em que pese a forte presença dos ramos relativos à Administração Pública ou ao Comércio Varejista no grande setor de serviços, pode-se apontar que, mesmo no cenário de crise instalada na região, alguns setores seguiram com certa tendência de dinamismo entre 2014 e 2018. Embora em números percentuais não abarquem tantos trabalhadores, alguns ramos de atividade como os Serviços Financeiros, Administração e comércio de imóveis, Serviços técnico-profissionais e científicos, Telecomunicações e comunicação, Serviços de TI, Educação e Serviços de saúde e assistência social, apresentaram aumento considerável do número de empregados no período analisado. Assim, observa-se que alguns setores ligados ao mercado imobiliário-financeiro, aos serviços tecnológicos e serviços pessoais apresentaram tendência de crescimento.

5 Considerações finais

A atividade industrial na Região Norte Fluminense, notadamente a relativa às atividades extrativas na Bacia de Campos, contribuiu para o crescimento econômico do ERJ durante a primeira década do século XXI. Apesar da forte especialização neste setor, outros setores como alguns ramos da construção e serviços também apresentaram certo crescimento, como foi possível apreender através dos vínculos empregatícios e da massa salarial dos trabalhadores.

Embora as atividades extrativas relativas à atuação da indústria petrolífera estivessem presentes na região desde o século XX, as transformações durante o período do experimento desenvolvimentista no início do século XXI foram profundas. A princípio, esses grandes projetos trouxeram muitas expectativas e efetiva ampliação do mercado de trabalho formal no próprio setor industrial e em outros, como os de construção, serviços e administração pública. Entretanto, o complexo portuário, aliado ao complexo petrolífero previamente instalado, transformou a região no cenário de uma série de contradições.

Os investimentos seguiram um modelo de desenvolvimento baseado apenas na lógica da extração dos recursos, sem o adensamento de outros setores produtivos, revelando a configuração de uma dinâmica econômica operando mais pela fragmentação do que pela integração entre os setores de atividade.

Já no período da inflexão ultraliberal, a crise econômica e política nacional afetou em grande medida o ERJ, mediante as condições adversas no setor petrolífero nacional e internacional. Após um visível comportamento de aumento do emprego ocorreu considerável declínio, configurando um cenário de desemprego devido ao fechamento de muitos postos de trabalho, confirmando que a trajetória do experimento desenvolvimentista na região não criou condições para enfrentar um cenário de crise.

Também ocorreu uma mudança na empregabilidade dos setores. Entre 2010 e 2014, período em que as bases do experimento desenvolvimentista ainda se sustentavam, juntamente com os Serviços Distributivos ligados ao comércio, os Serviços Produtivos e os Serviços Sociais relativos à Administração Pública, nota-se que os setores de Construção e Indústria Extrativa também constituíam atividades com maior empregabilidade na região. Já em 2018, apesar do declínio generalizado, a composição se altera mediante uma maior concentração no amplo setor de serviços – os setores de Educação, saúde, assistência etc. e os Serviços Pessoais também ganham destaque, provavelmente atendendo a um público que mantém seus rendimentos mesmo no contexto adverso. Apesar da redução da participação industrial da região no contexto estadual, alguns ramos de atividade ligados aos serviços financeiros, imobiliários, científicos e tecnológicos conseguiram se manter mesmo em meio à crise.

Sendo assim, este artigo mostra uma clara relação das tendências da estrutura econômica e do mercado de trabalho regional com os períodos destacados, revelando como o grande capital se apropria dos recursos do território e transformam as relações sociais e econômicas. Neste artigo, foram analisados alguns desses impactos no mercado de trabalho, destacando-se, contudo, a importância de considerar outras dimensões em estudos futuros, como a produção do espaço, a governança urbana, o ambiente e outras relações sociais e práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. B. et al. Economias Metropolitanas e Desenvolvimento Regional: uma proposta de classificação das atividades econômicas. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos, 2018. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://congressovinteanos.observatoriodasmetrosoles.net.br/anais/>> Acesso em: 20 mar. 2021.

ARBOLEDA, M. Extracción en movimiento: circulación del capital, poder estatal y urbanización logística en el norte minero de Chile. **Investigaciones Geográficas**, v. 56, p. 3-26, 2018. Disponível em: <<https://investigacionesgeograficas.uchile.cl/index.php/IG/article/view/48475>>. Acesso em: 30 jun. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5370.2018.48475>

BASTOS, P. P. Z. A economia política do *novo-desenvolvimentismo* e do *social desenvolvimentismo*. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 779-810, 2012.

BRENNER, N. Após a neoliberalização. In: BRENNER, N. **Espaços da urbanização**. O urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Novo Desenvolvimentismo - um segundo momento do Estruturalismo Latino-Americano. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 2020.

BOITO JR, A. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Revista Lumen**, UNIFAI, 2017.

CRUZ, J. L. V.; TERRA, D. Petróleo e porto no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales EURE**. Santiago de Chile, v. 46, n. 139, p. 189-208, set. 2020. Disponível em: Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612020000300189&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612020000300189>.

FONSECA, P.C.D. Desenvolvimentismo: A construção do conceito. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília : Rio de Janeiro, 2015.

HASENCLEVER, L.; PARANHOS, J.; TORRES, R. Desempenho econômico do Rio de Janeiro: trajetórias passadas e perspectivas futuras. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 55, n. 3, p. 681-711, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/JD7HJRRd5gbVypjgsPjKTps/?lang=pt>>. Acesso em: 15 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582012000300004>.

INFOROYALTIES. **Indicadores**. 2022. Disponível em: <<https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php>>. Acesso em: 22 set. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100600>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. PIB Municipal. 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 22 set. 2022.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relatório Anual de Informações Sociais**. 2006-2018. Disponível em <<http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>>. Acesso 23 mar. 2022.

NATAL, J.; CRUZ, J. L. V. Contribuição ao debate sobre a economia fluminense. **Teoria Política**, v. 24, nov. 2021. Disponível em: <<https://terapiapolitica.com.br/economia-fluminense/>>. Acesso em: 22 set. 2022.

OLIVEIRA, F. J. G.; OLIVEIRA, L. D. Espaço metropolitano, regionalização da economia e reestruturação produtiva no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cuyonomics. Investigaciones En Economía Regional**, v. 4, n. 5, p. 39-65, 2020. Disponível em: <<https://revistas.uncu.edu.ar/ojs/index.php/cuyonomics/article/view/3601>>. Acesso em: 15 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.48162/rev.42.019>.

OLIVEIRA, F. L. P.; BRANDÃO, C. A.; WERNER, D. Políticas Públicas, Estatalidades e Experimentações Neoliberalizantes: O Estado do Rio de Janeiro como um caso situado. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Santiago de Chile, v. 24, p. 1-25, 2022. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6944>>. Acesso em: 20 set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202215pt>.

PESSANHA, R. M.; OLIVEIRA, F. J. G. Os Circuitos Espaciais de Produção no RJ e SP: Formação e Integração da Megarregião Rio-SP. In: Congresso Observatório das Metrôpoles 20 Anos, 2018. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: <<https://congressovinteanos.observatoriodasmetrosoles.net.br/anais/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

REIS, D. A.; SANTANA, J. R. Os efeitos da aplicação dos *royalties* petrolíferos sobre os investimentos públicos nos municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 91-117, jan./fev. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/wGXy8wJK3np3YB8FsMZZCYp/?format=pdf&lang=pt>>. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-76121815>. Acesso em: 18 set. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121815>.

RIBEIRO, L. C. Q. Nexos Financeirização/Urbanização: construindo um marco teórico. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **As metrópoles e o capitalismo financeirizado**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q. **As Metrópoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira**. Texto para Discussão, 12. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles. 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2020/01/TD-012-2020_Luiz-Cesar-Ribeiro_Final.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. L. M. **Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

RIBEIRO, M. G.; BOA NOVA, V. V. F.; MUNIZ, W. Estrutura econômica e mercado de trabalho regional-metropolitano do Rio de Janeiro: desafios em meio à inflexão ultraliberal. In: RIBEIRO, M. G.; CLEMENTINO, M. L. M. (Orgs.). **Economia metropolitana e desenvolvimento regional: do experimento desenvolvimentista à inflexão ultraliberal**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

RIDELNSKY, M. C.; SANTOS, A. R. Produção offshore recordista na Bacia de Santos: Cenário atual frente ao controle ambiental. **Research, Society and Development**, v. 11, n.4, p. 1-20, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/25013/23816/318757>>. Acesso em: 30 ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i4.25013>.

SERRA, R. V. Distribuir e Aplicar as Rendas do Petróleo: o debate-mãe do combativo BPRR. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, 61, 5-6. 2018. Disponível em: <<https://royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2018/12/boletim-royalties-N61-dezem-2018-editorial.pdf>>. Acesso em: 20 agosto 2022.

SIQUEIRA, H. Estrutura produtiva e divisão espacial do trabalho no Estado e na metrópole. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **Rio de Janeiro transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 79-116, 2015.

SOBRAL, B. L. B. Impasse no modelo de desenvolvimento fluminense: o desafio de superar uma crise econômica e não apenas das finanças públicas. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/47272>>. Acesso em: 20 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/geouerj.2020.47272>.

SOUZA, J.; TERRA, D. Migrações, pendularidades e mercado de trabalho no segmento upstream da indústria do petróleo na Bacia de Campos. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales EURE**, v. 46, p. 157-180, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.cl/pdf/eure/v46n137/0717-6236-eure-46-137-0157.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612020000100157>.

PECK, J.; THEODORE, N. Still Neoliberalism? **The South Atlantic Quarterly**, v. 118, n.2, 2019. Disponível em: <<https://read.dukeupress.edu/south-atlantic-quarterly/article/118/2/245/138018/Still-Neoliberalism>>. Acesso em: 30 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1215/00382876-7381122>.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2007. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167/151>>. Acesso em: 30 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p9>.

Érica Tavares. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal Fluminense. Professora Associada. Rua José do Patrocínio, 71, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ. CEP: 28010-385. E-mail: ericatavares@id.uff.br

Guilherme Vasconcelos Pereira. Doutorado em Sociologia Política. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Av. Alberto Lamego, 2000, Parque California, Campos dos Goytacazes/RJ, 28013-602. E-mail: g_vasconcelospereira@pq.uenf.br

Submetido em: 27/09/2022

Aprovado em: 21/12/2024

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR:

Érica Tavares. Conceituação; Curadoria de Dados; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Supervisão/orientação; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

Guilherme Vasconcelos Pereira. Conceituação; Curadoria de Dados; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Revisão e Edição.

Fontes de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).